

Características arquitetônicas medievais em fortificações brasileiras

José de Arimathéia Cordeiro Custódio¹

Resumo

Este trabalho se debruça sobre a arquitetura das fortificações brasileiras, de maneira geral, com o objetivo de descrever e distinguir características de origem medieval, caracterizando uma fase de transição no estilo arquitetônico em direção à Idade Moderna, que já apresentava inovações táticas e tecnológicas, como o uso de armas de fogo. Por meio de pesquisa bibliográfica, aborda a presença destes sistemas defensivos no Brasil, seus principais elementos arquitetônicos. Como recorte temporal, restringe-se às fortificações litorâneas erguidas no período colonial, sobretudo nos dois primeiros séculos de nossa História. Igualmente, defende sua importância como patrimônio arquitetônico, militar, histórico e cultural do Brasil.

Palavras-chaves: Arquitetura militar; fortificações; Idade Média.

Introdução

O Brasil não teve Idade Média. Mas os portugueses chegaram aqui menos de meio século após o fim deste milenar período na Europa, portanto ainda traziam muitos conhecimentos e costumes medievais. Tanto assim que o Brasil possui aquele que é chamado de “único castelo feudal das Américas”: o Castelo Garcia D’Ávila, na Bahia.

Passadas as três primeiras décadas do século XVI, os portugueses finalmente começaram a ter interesse no povoamento da Terra de Santa Cruz e decidiram empreendê-la. Para tanto, precisavam, entre outras medidas, criar um sistema de defesa das novas colônias, o que incluía a construção de fortificações.

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História Militar, com orientação do Prof. Armando Alexandre dos Santos.



Fortaleza de Santa Cruz, Niterói (RJ).

Fortificações foram construídas nos séculos XVI a XVIII, e algumas nem foram projeto de portugueses, como a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói, que nasceu francesa. Muitas nasceram modestas em sua arquitetura. Várias foram erguidas durante o período da União Ibérica, sob domínio espanhol.

Mas o fato é que as fortificações, especialmente as mais antigas, trouxeram elementos e soluções arquitetônicas modernas, numa realidade já com o emprego de armas de fogo, que obrigou as fortalezas a se adequarem às novas táticas. Não foi algo imediato, como destaca Newark (2011, p. 153): “O poder da pólvora tornou obsoleta a forma medieval do castelo, mas as primeiras armas de fogo manuais não puderam substituir as bestas e os arcos longos até o avanço tecnológico as tornar mais eficientes”.

Custódio (2011) fala da influência dos estilos trazidos da Europa, inclusive o medieval:

Naturalmente, a arquitetura encontrada em tal período [colonial] possui características europeias, quase totalmente portuguesas. É evidente que mesmo Portugal trouxe à colônia traços de outras influências, como a árabe. Em conventos do Nordeste, encontramos azulejos e torres que lembram minaretes.

As marcas estilísticas são, contudo, muito mais ricas. Adotando materiais locais, conforme as possibilidades sócio-econômicas de cada lugar, os colonizadores construíram edifícios e espaços com traços medievais, renascentistas, maneiristas, barrocos, rococós, até chegar ao neoclássico, estilo forte já do Período Imperial (1822-1889). Embora cada estilo tenha uma estética própria, com signos e sentidos característicos, no Brasil a transição e a convivência entre eles acabaram gerando, em alguns casos, debates inacabados entre estudiosos da arte e da arquitetura.

Estas construções, então, apresentavam elementos modernos, mas também alguns de origem medieval. É esta fusão de elementos o foco deste estudo. Cabe ressaltar que este estudo utiliza os termos “fortificações”, “fortalezas” e “fortes” como sinônimos, embora ciente de diferenças de natureza técnica nas nomenclaturas.

As fortificações são estruturas erguidas há milênios como parte de um sistema defensivo de uma cidade ou território. Trata-se de uma invenção de grande importância, não só do ponto de vista militar ou histórico, pois elas existem também no imaginário dos povos, em suas expressões de artes plásticas, literatura, linguagem e até psicológicas. Em síntese, uma fortaleza é um arquétipo.

Podemos citar, a título de exemplo, três capitais brasileiras cujas origens estão ligadas a fortificações: Natal (RN), Belém (PA) e, naturalmente, Fortaleza (CE). A primeira teve como marco inicial o Forte dos Reis Magos; a segunda, tem como marco de fundação o Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém (ou simplesmente Forte do Presépio); e a terceira surgiu em torno da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, nome que recebeu o Forte de Schoonemborch depois que os portugueses o tomaram dos holandeses. Há referências às fortificações nos brasões das três cidades.



Os brasões das cidades de Natal (RN), Belém (PA) e Fortaleza

Bombardi in Rodrigues et al. (2015, p. 19) afirma que as fortificações, construídas em pontos estratégicos, foram um dos símbolos da colonização portuguesa no Novo Mundo, contribuindo para o fortalecimento da presença do

agente colonizador. Marcos políticos de domínio, sem elas a colonização teria sido inviável.

Keegan (2006, p. 188-9) afirma que:

Uma fortaleza não é só um lugar simplesmente de proteção contra um ataque, mas também de defesa ativa, um centro onde os defensores estão protegidos da surpresa ou da superioridade numérica e uma base da qual podem fazer surtidas para manter os predadores à distância e impor controle militar sobre a área por que se interessam. Há uma simbiose entre a fortaleza e sua circunvizinhança.

Dias (2004, p. 10) observa que “No caso do Brasil, a urbanização está, como para as colônias ou assentamentos portugueses na Índia e em África, profundamente ligada à Engenharia Militar, pelo que o estudo de qualquer das disciplinas ficará incompleto se for feito separadamente”.

Especificamente da perspectiva da História Militar, os fortes são construções que integram um sistema de defesa de dado território, mas extrapolam sua função primordial para se constituir em elemento base para transformações do espaço a seu redor, graças à sua área de influência extramuros, que criam aglomerações populacionais e geram núcleos de poder.

Keegan diz (idem, p. 189) que uma fortaleza “deve controlar uma área suficientemente produtiva para sustentar uma guarnição em tempos normais, mas ser grande e segura o suficiente para abrigar, prover e proteger a guarnição quando submetida a um ataque”.

Ao longo do tempo, as fortificações foram se alterando e se aprimorando. Elas passaram por mudanças arquitetônicas causadas por diversos fatores. Às vezes, por questões políticas, como a expansão de fronteiras; outras, por novas maneiras de fazer a guerra; mudanças nos locais de construção (de pontos altos para terrenos baixos e planos, numa beira de rio ou numa barra); novidades arquitetônicas, como influências vindas do Oriente; ou outras inovações tecnológicas, como as armas de fogo.

Essas relações entre as fortificações e seu contexto histórico são um ponto crucial para o estudo de tais construções e ampliam o interesse científico, por

servirem de objeto não só para pesquisas com abordagem militar, mas arquitetônica, arqueológica, artística, turística, geográfica e antropológica, entre outras.

No caso das fortificações brasileiras, o interesse histórico militar está no estudo de um patrimônio, de uma lembrança concreta e testemunha de episódios relevantes da formação da nação brasileira. A História do país passou, em seu início, pelas fortificações e, de algumas, tiros foram disparados ainda no século XX. A história desses monumentos tem raízes na Europa medieval, e é importante que o historiador militar se debruce sobre esse tema.

Elementos arquitetônicos

Keegan (2006, p. 190) aponta que “até a chegada da pólvora, todos os ataques a fortalezas tinham de ser feitos de perto. (...) O lançamento de projéteis, é bom que se diga logo, raramente valia o esforço”, por causa das muralhas. As mudanças levaram milênios, como salienta o autor: “A esses três componentes defensivos – muralhas, fosso e torre – os engenheiros de fortificações acrescentariam pouco aos 8 mil anos que decorreram entre a construção de Jericó e a introdução da pólvora” (idem, p. 191).



Forte do Brum, Recife (PE)

Newark (2011, p. 161) explica que:

Quando a artilharia ficou poderosa o suficiente para derrubar os muros dos antigos fortes, a teoria das fortificações passou por uma completa mudança, iniciada na Itália do início do século XVI. Foram concebidos novos estilos, para resistir à artilharia ou incorporá-la, e o projeto dos fortes, (...) passou a seguir linhas geométricas precisas.

Prossegue o autor (idem):

Desde o final do século XVI, os projetos das fortificações foram renovados, com ênfase na defesa em profundidade. Os fortes consistiam numa série de construções baixas rodeadas por terreno aberto, deixando o atacante sem cobertura. Fortificações adicionais estendiam-se além das defesas principais: revelins, fortes triangulares separados entre dois bastiões e obras exteriores como os hornaveques...

E ainda (idem):

O novo projeto de fortificação era baixo, criando uma plataforma de artilharia efetiva ao mesmo tempo em que oferecia ao inimigo o menor alvo possível. As torres dos cantos foram trocadas pelos bastiões, projeções de quatro lados a partir dos cantos do forte que abriam ao fogo cruzado todo o espaço além muros sem deixar terreno para o atacante ficar a salvo.

Newark (idem) explica que as operações de sítio se aprimoraram muito diante dessas inovações:

Em resposta ao aperfeiçoamento no projeto das fortificações, as operações de sítio alcançaram um pico de eficiência no final do século XVII. Linhas sucessivas de trincheiras, ou paralelas, avançavam rumo às defesas por meio de trabalhos de sapa em zigue-zague, com posições construídas para a artilharia (...). Quando as trincheiras estavam perto o bastante das defesas, o assalto podia ser lançado.

O estudo de Cruzen (2011) foi uma valiosa contribuição para esta pesquisa, pela coincidência do objeto de estudo. Tal estudo jogou luz sobre uma arquitetura de Transição, com influência da Idade Média Ibérica e com horizonte na expansão ultramarina portuguesa, e focou especificamente cinco elementos arquitetônicos

medievais adaptados aos tempos modernos: o Cubelo, a Couraça, as Ameias, a Barbacã e a torre de Menagem.

A “Transição” é resumida como “um meio caminho entre os castelos medievais peninsulares e as primeiras fortalezas modernas” (Cruxen, 2011, p. 2), num período correspondente ao reinado de Dom Manuel I, ou seja, na primeira metade do século XVI. A grande maioria das fortificações citadas em seu estudo, porém, não fica no Brasil, por isso não se sobrepõe à nossa pesquisa.

Descreve o autor (idem):

A busca de adaptação para um novo conceito de combate possibilitou o surgimento de uma arquitetura militar com características simultaneamente do castelo medieval e das primeiras fortalezas modernas. No início do século XVI, as armas de fogo encontram-se definitivamente estabelecidas e as fortalezas parcialmente adaptadas contra a pirobalística, mas continuavam a manter uma composição estrutural básica do gótico medieval.

Em seguida exemplifica:

Dentre os componentes arquitetônicos de maior difusão na fortaleza de Transição, encontra-se a modificação estrutural e funcional do torreão medieval, que “evolui” perdendo os ângulos retos (quadrangulares e poligonais), adquirindo um formato circular ou semi-circular e diminuindo de altura, passando a denominar-se cubelo, melhor adaptado e mais resistente. Os cubelos podem ser definidos como torres baixas, volumosas e salientes ao pano da muralha.

Sobre as couraças, ele expõe (idem, p. 3):

Uma estrutura medieval presente na fortaleza de Transição portuguesa e que demonstra ser bastante interessante devido à característica de ser um prolongamento – como um “braço” da fortificação no terreno – é a couraça. Conforme a definição de Mora-Figueroa (1996, p.85) a couraça é “uma muralha que, partindo do recinto fortificado, permite o acesso protegido a um ponto não muito distante normalmente para procurar aguada, apresentando um adarve de duplo parapeito”. A couraça é, aparentemente, uma solução da arquitetura militar peninsular e do norte da África, em último caso predominante em praças detidas pelos portugueses nos séculos XV e XVI. No livro das Fortalezas é possível observar a presença de uma couraça em Miranda do Douro (as ruínas de uma antiga estrutura, que se aproximava do rio Douro). A couraça viria a representar uma estrutura de grande utilidade para as fortalezas

portuguesas quinhentistas do Ultramar (costa da África e Índia): ela possibilitava o contacto direto e protegido da fortaleza com o mar, por onde as guarnições, constantemente atacadas, poderiam salvar-se em caso de tomada da fortaleza.

Já em relação às ameias, Cruzen (idem, p. 4) informa:

Quanto à transformação das ameias e merlões, no período de Transição, podemos observar um caso, no desenho do castelo de Vila Maior, no qual Duarte de Armas representou o espaço de quatro abertas, obstruídas por pedras, como se houvesse a intenção de preparar um alargamento das ameias góticas já existentes. O que torna esse exemplo mais interessante é o fato dessas ameias originais serem de característica totalmente góticas, tendo os defensores da fortaleza tentado adaptá-las para as novas necessidades contra as armas de fogo. A ameia larga e reforçada é característica das fortalezas de Transição, uma vez que o impacto das armas de fogo fazia essas estruturas estourarem em muitos fragmentos soltando metralhas.

O quarto elemento arquitetônico abordado pelo autor é a barbacã (idem, p. 4):

Outra estrutura surgida no período medieval, mas que virá a adaptar-se perfeitamente as necessidades da fortaleza de Transição é a barbacã. Esta estrutura permitia não somente uma defesa muito eficiente contra o fogo rasante que destruía a base das muralhas, como também servia como eficiente base de tiro, recebendo peças de artilharia, e demonstrando assim simultaneamente função agressiva e defensiva. A barbacã extensa, bem como a de porta são características do final do século XIV e não da época de D. Dinis. Segundo Capmany (2004, p.102), a partir de meados do século XV esta estrutura passa a receber o nome de “barreira”, alojando em seu interior peças de artilharia que batiam com “fogo” toda a área a frente da fortificação, sendo protegidas por fossos e assentando-se sobre uma base de grande espessura e inclinação.

(...) A barbacã é um exemplo de permanência e aperfeiçoamento de uma estrutura medieval já em pleno período das fortalezas de Transição (GUERRA, 2001, p.678).

E finalmente (idem, p. 5):

Mora-Figueroa (2001, p.652), explica que até os primeiros anos do século XVI se assiste a uma paulatina reestruturação de velhas fortalezas, a construção de novas e a introdução (e resistência) à artilharia. Mesmo assim, em geral, se conservaram elementos arquitetônicos da velha tradição, tais como a torre de menagem (símbolo máximo do castelo medieval) – uma sobrevivência enraizada, possivelmente, em sua grande carga simbólica, entrando em aberta contradição com as novas doutrinas da arquitetura militar.

(...) As torres de menagem cilíndricas, de origem medieval, serviram de fundamento para um dos primeiros tipos construtivos a serem utilizados na expansão ultramarina: a Torre Marítima (idem, p. 10).

Mori et al. (2003, p. 56) também sugerem uma transição nos estilos arquitetônicos, no Brasil, até que se modernizam efetivamente no século XVII:

Podemos dizer que, de um modo geral, as fortificações brasileiras foram condicionadas à experiência italiana de fortificações a partir do século XVII, abandonando totalmente as maneiras transitórias baseadas ainda na tradição medieval das altas muralhas e das ostensivas torres de defesa.

Porém, os autores destacam, para ilustrar o heroísmo dos primeiros colonizadores, os recursos defensivos de que dispunham, que lembram muito os da Alta Idade Média: “Esses papéis dos arquivos falam-nos das fortificações iniciais, principalmente paliçadas, cercas pontiagudas de paus-a-pique protegendo as pequenas povoações, trincheiras, atalaias, torres, mesmo as igrejas providas de seteiras. (...) depois, os primeiros muros abaluartados” (idem).

É relevante assinalar que os autores dedicam parte da obra para abordar a condição dos engenheiros militares do período colonial. Para começar, segundo eles, os engenheiros militares não eram uma elite nos dois primeiros séculos do Brasil Colônia. Sequer havia distinção entre os civis e militares, no que se refere às suas atribuições. E anotam: “Os primeiros chegaram a construir fortificações enquanto os militares projetaram e construíram incontáveis prédios religiosos, edifícios públicos, além de obras urbanísticas. As regras medievais das corporações ainda prevaleciam” (idem, p. 95). Esta condição só mudou no século XVIII.

Em sua obra de 1743, Vellozo (2005, p. 292), enquanto aborda a construção de alicerces para muralhas de proteção, com o uso de arcos e pilares, destaca (em nota de rodapé, número 174) que se trata de:

um sistema construtivo interessante do qual já temos notícia desde os tempos medievais. São construídas umas espécies de *tubulões*, de secção quadrada, a intervalos regulares e, em seguida, ligados por cima uns aos outros por arcos que vencem a distância entre eles e sobre estas arcadas sobem as paredes do edifício.

Elementos arquitetônicos de origem medieval podem então ser encontrados nas fortificações do Brasil. É o que apresenta o tópico a seguir.

Fortificações brasileiras

Para Domingos Neto (2010, p. 32-3):

Uma das principais atividades dos engenheiros-militares do Brasil-Colônia foram as edificações de defesa da costa marítima, de fixação de nossas fronteiras e de consolidação do território ocupado. O acervo de fortes, fortalezas e fortins edificados naquela fase ultrapassa 450 edificações. Alguns foram construídos por mestres de risco, outros por padres, mas a maioria esmagadora por engenheiros, em especial, ao longo dos séculos XVII e XVIII. A localização das edificações foi escolhida de forma estratégica. Gustavo Barroso assinala que em toda a extensão da costa do Brasil não há nenhum ponto estratégico importante que não tenha sido fortificado.

Mas a fortificação do Brasil foi gradual e bastante precária no início, como salienta Dias (2004), que divide seu estudo em períodos anteriores, de desenvolvimento e de efetiva adoção de fortificações regulares. Ele expõe:

Não houve, durante as primeiras cinco décadas do século XVI, qualquer obra de fortificação verdadeiramente regular, bastando-se os habitantes com paliçadas, estacadas de pau-a-pique com torres de madeira nos ângulos, sobre as quais eram colocadas poucas e modestas peças de artilharia. Não conhecemos nenhum caso em que tenham sido utilizadas as tranqueiras ou castelos de madeira portáteis, como os que usaram em Marrocos, em Ormuz e noutros lugares de além-mar, mas as primitivas construções foram também rápidas, baseadas em valos mais ou menos fundos que se conjugavam com as já referidas estacadas. A documentação, no entanto, fala em baluartes, sendo certo que se tratava de baluartes de terra, nalguns casos, depois revestidos de cantaria.

Quando os portugueses finalmente decidiram promover o povoamento sistemático do Brasil, algumas décadas já haviam se passado desde que Cabral tinha aportado na costa brasileira. E foi em 1551 que começou a construção da Casa da Torre, ou Castelo de Garcia D'Ávila, onde hoje é a Praia do Forte, município de Mata de São João, Bahia. Em restauração, a Casa é considerada o único castelo feudal das Américas. Foi erguida como sede senhorial, mas obviamente também servia de construção de defesa.



Castelo de Garcia D'Ávila, Mata de São João (BA)

De acordo com Calmon (1958, p. 31), a Torre “compunha-se de moradias e defensas, capela e um baluarte vigilante onde ardiam, em circunstâncias especiais, fogos sinaleiros”. Havia muralhas espessas, torreão, fosso e ponte levadiça. E o autor completa: “Resta saber se o culminavam as ameias, como nas menagens medievais, dentilhando o terrado redondo – com merlões, destacados em arco de coroa...” (idem, p. 32).

Dias (2004, p. 41) fala da preferência dos portugueses pelas construções defensivas no alto, diferente dos holandeses, que preferiam as planícies. E assim o autor assinala uma herança medieval: “Sempre que possível, os locais escolhidos eram morros, e chegaram a fazer-se apenas torres, à maneira das torres medievais que, simultaneamente, serviam de habitação do donatário da capitania; foi o caso de Olinda”.

Adiante, ao descrever a Casa de Garcia D'Ávila, Dias (idem, p. 51) faz referência semelhante: “Estamos em crer que, para além das torres propriamente ditas, que não podiam ser muito diferentes das que se fizeram no Reino, no fim da Idade Média, se utilizariam de tranqueiras ou paliçadas, para prevenir uma primeira investida,...”.

Bem mais ao sul, o interesse das coroas ibéricas na região do rio Prata fez Portugal se preocupar em guarnecer a Ilha de Santa Catarina, como conta Machado (1994, p. 21): “Tão logo desembarcou em Desterro, em março de 1739, Silva Paes

tomou posse do primeiro governo catarinense e iniciou a organização do esquema defensivo”.

Concentrou o plano de defesa no fechamento do canal composto pelas baías norte e sul, entre a ilha e o continente. Na barra norte, idealizou um triângulo de defesa, constituído pelas fortalezas de Santa Cruz (ilha de Anhatomirim), Forte de São José (ponta oeste da praia de Jurerê) e Forte de Santo Antônio (ilha de Ratoes Grande). Na barra sul, de águas mais agitadas, projetou a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (ilha de Araçatuba). Embora outras tenham sido erguidas, vamos nos concentrar nestas.

Santa Cruz é a maior e foi construída entre 1739 e 1744. Tem cerca de 45 mil metros quadrados, dista 170 metros do continente e se localiza no município de Governador Celso Ramos. Um portal de entrada único na arquitetura militar brasileira recebe quem chega, no alto de uma escadaria, com o continente às costas. Havia uma capela (não existe mais) e há a Casa do Comandante – um sobrado do tipo Câmara e Cadeia. Também estão lá o paiol e a Casa da Farinha. O prédio maior é o Quartel da Tropa, com cerca de 68 metros de comprimento por 6,3 de altura, virado para a ilha de Santa Catarina.

Os edifícios foram construídos com alvenaria de pedra e cal. Também foram usados barro, areia e madeira, extraídos localmente. Abandonados por muito tempo, foram restaurados nas décadas de 70 e 80 do século passado.

É no Forte de Santo Antônio, na ilha de Ratoes Grandes (a 5 km de Anhatomirim), que encontramos alguns dos elementos medievais, embora a construção tenha sido iniciada em 1740. O portal, embora de linhas modernas, possuía um fosso, e provavelmente uma ponte levadiça, estruturas dos castelos medievais. Ali também existe uma pequena construção protegida, a Casa da Guarda, que antecede a rampa de acesso ao forte propriamente dito. Esta espécie de guarita possui seteiras, assim como as guaritas cilíndricas espalhadas pelo perímetro da fortificação. Tais guaritas com seteiras estão também nas demais fortalezas que formam a triangulação de defesa da entrada norte (Anhatomirim e São José).



Forte de Santo Antônio, Ilha de Ratonas, Florianópolis (SC)

No Nordeste, Barreto (1958) apresenta uma longa e detalhada lista de fortificações e, embora não privilegie as informações arquitetônicas, elas estão lá, ainda que não sistematizadas. Assim, é possível constatar como o autor cita ameias, baluartes e outras estruturas medievais adaptadas à arquitetura quinhentista e seiscentista.

Oliveira (2008, p. 10) anota que os engenheiros militares que projetavam as edificações da defesa em Salvador, naturalmente, apresentavam uma sensibilidade estética e o conhecimento de seu tempo, mas “os tratados desses engenheiros eram evitados de citações dos mestres de arquitetura do passado, cujos ensinamentos contribuíram, sem sobra de dúvida, para a formação da sua sensibilidade criativa”. E o exemplo para ilustrar o argumento é justamente o das fortificações abaluartadas.

Ao descrever “os primeiros muros”, o autor diz que “para o enfrentamento desta ameaça [índios], o precário muro de taipa de pilão, com sabor de defesa medieval, respondia adequadamente à função”. Uma arquitetura não apenas medieval, mas da Alta Idade Média, e que não foi eficiente por muito tempo (meio século, estima o autor). Mas existiu.

O mesmo pode ser dito das primeiras torres, hoje sem vestígios, mas com registros que atestam sua existência no passado. Afirma o autor (idem, p. 41): “Tudo indica que a torre, de fundamentos medievais, teve um papel importante no desenho

da fortificação de quase todo o século XVI, na América portuguesa,...”. Portugal, lembra o autor, ainda possuía, na época, suas próprias torres medievais. E acrescenta: “Ora, esse sistema era o que bastava para dar salvaguarda aos primeiros colonizadores contra as armas rudimentares dos habitantes originais da nossa terra” (idem, p. 42).

Oliveira (idem, p. 71) considera o Fortim de Monserrate, em Salvador, “um exemplar de extraordinária importância da nossa arquitetura fortificada primitiva, por ser o modelo mais arcaico das defesas locais que sobreviveu sem maiores transformações. Nesse particular, é talvez o mais antigo existente em todo o Brasil”. E sobre esta edificação, escreve: “Os seus bastiões redondos eram muito a gosto da arquitetura fortificada italiana da transição, embora em escala infinitamente mais modesta” (idem, p. 73).



Fortim de Monserrate, Salvador (BA)

Ainda na capital baiana, o autor menciona o Fortim da Lagartixa (Torre de São Tiago): “É um edifício de concepção arcaica mesmo para sua época, com atavismos medievais...” (idem, p. 81).

Considerações Finais

Bombardi in Rodrigues et al. (2015, p. 19) resume: “As fortificações militares foram um dos símbolos da colonização promovida por portugueses no Novo Mundo”.

E acrescenta:

Construídas em pontos estratégicos, na beira-mar ou em rios, serviram tanto à necessidade prática de defesa do território como configuraram-se em importantes marcos políticos de domínio. Sem a formação ordenada desses empreendimentos, ficaria inviável o estabelecimento de uma colonização efetiva.

Bombardi in Rodrigues et al. (2015, p. 42) pondera que:

... as fortificações militares, mais do que assegurar domínios disputados com outros povos europeus, serviram como base de apoio para o incremento da atividade missionária e para o desenvolvimento de alianças com as populações nativas. Corresponderam ao interesse de criar rotas seguras para o estabelecimento de atividades comerciais e para as incursões das tropas de guerra justa, resgate e descimentos. Permitiram a construção de povoamentos coloniais e a ordenação da atividade agrícola e pastoril. Revestidos, assim, de vários sentidos, os fortes militares contribuíram para a expansão da colonização portuguesa, garantindo seu predomínio sobre territórios intensamente disputados com outros povos europeus e indígenas.

Seráphico (1983, p. 9) exorta o valor histórico e militar das fortificações e reveste tais construções com um véu de atemporalidade:

É possível que, em certo momento, a construção de nossos fortes se torne um anacronismo. Os nossos fortes já utilizavam uma concepção ultrapassada da guerra e da conquista, a partir de certo momento. A tecnologia de combate evoluiu muito rapidamente, as tropas tornaram-se ágeis e as armas de fogo de alcance maior e de maior mobilidade. Mas os fortes já haviam formado a espinha dorsal de proteção e haviam provado a capacidade de construção e organização dos novos habitantes. O papel estava cumprido.

Finalmente, cabe mencionar que Cruxen (idem, p. 13) afirma que muito pouco resta da arquitetura de transição nas fortificações remanescentes no Brasil, especificamente do período da expansão portuguesa, porque as construções foram

submetidas a reformas e até reconstruções completas, quando não simplesmente se tornaram ruínas.

Assim expõe o autor sobre este tópico:

Além das fortificações construídas por Portugal para resguardar o território brasileiro, os invasores também fundaram fortificações. Estas edificações foram remodeladas, ampliadas e reutilizadas pelos portugueses. Hoje, o conjunto destas fortificações constitui um notável patrimônio arquitetônico-cultural e histórico pertencente tanto ao Brasil como a Portugal.

A maior parte desses monumentos remanescentes foi construída no Século XVIII, praticamente não existindo características identificáveis da arquitetura de Transição utilizada largamente pelos portugueses durante o período de expansão ultramarina. De qualquer forma, seja qual for a característica da arquitetura militar utilizada pelos portugueses para defender seus interesses no Brasil, eles buscaram reestruturar no território do novo mundo o funcionamento de seus sistemas defensivos. Sistemas fortificados e integrados que a séculos vinham colocando em prática tanto contra mouros quanto contra castelhanos. Assim o Império Lusitano assegurava suas fronteiras, legitimava sua presença e organizava a exploração do espaço.

Contudo, mesmo nestes casos, defendemos – respaldados em outros pesquisadores – que tal patrimônio é capaz de nos fornecer pelo menos pistas da herança medieval. Pessoalmente, elas parecem saltar aos olhos cada vez que uma fortificação brasileira é contemplada.

Referências:

BARRETO, Coronel Anníbal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

CRUXEN, Édison. *A Arquitetura Militar Portuguesa no período de Expansão Ultramarina e suas origens medievais* in **Aedos**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. v.3 n.9. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/22304/13120>. Acesso em 14.03.16.

CUSTÓDIO, José de A. C. *A arquitetura de defesa no Brasil Colonial* in **Discursos Fotográficos**. Londrina: Midiograf, 2011. v. 7, n. 10. p. 173-194. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/9224>.

Acesso em 04.02.17.

DIAS, Pedro. **História da arte luso-brasileira**: urbanização e fortificação. Coimbra: Almedina, 2004.

DOMINGOS NETO, Manuel (org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACHADO, Rosangela M. de Melo. **Fortalezas da Ilha de Santa Catarina**: um panorama. Florianópolis: UFSC, 1994.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira; CASTRO, Adler H. Fonseca de. **Arquitetura militar**: um panorama histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

NEWARK, Tim. **História ilustrada da guerra**. São Paulo: Publifolha, 2011.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortalezas e a defesa de Salvador**. Brasília: IPHAN, 2008.

RODRIGUES, Fernando da Silva; FERRAZ, Francisco e PINTO, Surama Conde Sá (orgs.). **História militar**: novos caminhos e novas abordagens. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SERÁPHICO, Luiz. **Fortalezas históricas do Brasil**. São Paulo: Rhodia, 1983.

VELLOZO, DS. **Arquitetura militar ou fortificação moderna** [online]. Transcrição e comentários de Mário Mendonça de Almeida. Salvador: EDUFBA, 2005. Acesso em 25.04.17.